

Por que a criouliização aconteceu no Caribe e não no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos

Dante Lucchesi^a

Resumo

Com base em dados socioeconômicos, este artigo busca explicar por que a criouliização aconteceu de forma ampla no Caribe e não aconteceu de forma representativa e duradoura no Brasil. A partir daí, o artigo procura fazer algumas generalizações acerca da formação histórica dos chamados crioulos do Atlântico e da própria concepção do que sejam as línguas crioulas. A posição que orienta essa análise é a de que, para que ocorra a criouliização, é preciso que haja uma ruptura na transmissão linguística, o que possibilita uma forte redução e a reestruturação profunda de uma variedade de segunda língua, um pidgin, que, ao se nativizar, dá origem à língua crioula. Para que a pidginização ocorra, é preciso que a comunidade de falantes que vai desenvolver o pidgin seja submetida a um violento processo de segregação e isolamento, como aconteceu no Caribe, e, ao que tudo indica, não aconteceu no Brasil, em função da maior complexidade e das mediações que se observam na estrutura social do Brasil Colônia. Ao final, o artigo faz uma breve descrição dos aspectos linguísticos que diferenciam a criouliização de processos mais leves de transmissão linguística irregular, como o que aconteceu no Brasil.

Palavras-chave: *história socioeconômica do Brasil; línguas pidgins e crioulas; pidginização; criouliização; gênese das línguas crioulas.*

Recebido em: 18/01/2019

Aceito em: 11/03/2019

a Professor de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq E-mail: dante.lucchesi@gmail.com.

Introdução

Há um grande debate em torno da definição do que seja uma *língua crioula*, bem como sobre como as línguas crioulas se formaram (DEGRAFF, 2001; MCWHORTER, 2001; CHAUDENSON, 2003; ANSALDO; MATTHEWS, 2007; BAKKER; DAVAL-MARKUSSEN; PARKVALL; PLAG, 2011; entre outros). Contudo, há uma razoável concordância intersubjetiva no sentido de que o fenômeno da crioulição está estreitamente ligado à expansão do colonialismo europeu, entre os séculos XVI e XIX, pela América, África, Ásia e Oceania. No interior desse grande universo, destaca-se o universo das sociedades de plantação instaladas no Caribe, com base no largo emprego da mão de obra escrava proveniente da África. Essa região é hoje uma das que concentra um maior número de línguas crioulas reconhecidas como tal, e, juntamente com alguns crioulos da costa ocidental da África, compõem o que se denomina *crioulos atlânticos*.

A crioulição foi um fenômeno geral no Caribe, recobrando uma grande gama de situações, mas relacionando-se, em um plano mais profundo, a um fundo histórico comum. Todas as línguas crioulas do Caribe têm sua origem na nativização de uma variedade de língua europeia falada como segunda língua por escravos africanos. Há, entretanto, uma razoável discussão acerca do processo histórico de formação dos crioulos do Caribe (HANCOCK, 1986; BAKER, 1999; HUBER, 1999; MCWHORTER, 1999; PARKVALL, 1999; entre outros). Há os que defendem que um pidgin inglês, falado em entrepostos na costa ocidental da África, seria o antecessor dos crioulos ingleses do Caribe, havendo também hipóteses de transplantação de crioulos de uma ilha a outra, ou para regiões continentais e vice-versa. Entretanto, somos inclinados a adotar a posição de formação independente das diversas variedades crioulas, com base nas condições sócio-históricas específicas que favoreceram a crioulição. Um dos principais objetivos deste artigo é contribuir para precisar que condições são essas.

Prototipicamente, os crioulos do Caribe formaram-se em torno das grandes propriedades agroexportadoras que empregavam largamente a mão de obra de africanos escravizados. A cultura que mais favoreceu a crioulição foi a da cana de açúcar (ARENDS, 2008, p. 321), embora crioulos, como o

gullah, nos EUA, tenham-se desenvolvido em meio a plantações de algodão. Paralelamente, muitos crioulos desenvolveram-se em quilombos. O caso mais conhecido é o saramacan, falado atualmente por quase 30 mil pessoas no Suriname e considerado um crioulo radical, exatamente pelo seu isolamento e origem (BAKKER, SMITH, VEENSTRA, 1995, p. 165).

Dentro da visão que se adota aqui, para que a criouliização aconteça, é preciso que haja uma ruptura radical na transmissão da língua do grupo dominante para o grupo dominado, dentro da estrutura da sociedade colonial. Essa ruptura decorre do fato da grande massa de escravos ter um acesso muito restrito à língua do grupo dominante que eles são obrigados a adquirir e a usar. Assim, o que os escravos adquirem inicialmente é um vocabulário restrito da língua dominante com o qual eles formam frases praticamente desprovidas de qualquer marcação gramatical. Na medida em que os escravos não têm, na maioria dos casos, motivação para falar como os senhores brancos, eles vão reestruturando gramaticalmente esse código de comunicação emergencial, de forma original e independente, principalmente quando o empregam para se comunicarem entre si. A reestruturação desse código de comunicação emergencial, com base no repertório gramatical das línguas dos grupos dominados (as línguas de substrato), é o que se denomina *pidginização*. A nativização da língua pidgin que assim se forma dá origem à chamada língua crioula. Dentro dessa visão, a pidginização/criouliização (doravante P/C) só ocorre quando condições sócio-históricas específicas determinam um grau tão elevado de segregação da população dominada, que possibilitam essa redução/reestruturação na assimilação por parte dessa população dominada da língua do grupo dominante que ela é obrigada a adotar como meio predominante de comunicação verbal.¹

Tudo indica que as línguas crioulas do Caribe se formaram entre 1650 e 1750 (ARENDS, 2008, p. 312; PARKVALL, 2012, p. 231). Nessa mesma época, estava instalada, no Nordeste do Brasil, uma sociedade de plantação com uma estrutura bastante similar às suas congêneres caribenhas. Entretanto, as evidências atualmente disponíveis apontam fortemente para a inexistência de um processo representativo e duradouro de criouliização no Brasil, mesmo no Nordeste colonial.²

¹Defendem uma posição similar a essa, em que a pidginização é uma etapa necessária à criouliização, McWhorter (1998, 2000), Siegel (2008) e Parkvall (2012), entre outros.

²O papiamento, em Curaçao, e o saramacan, no Suriname, são crioulos que contêm palavras portuguesas em seu léxico.

³ Temos, por exemplo, este testemunho, do século XVII, do Padre Antônio Viera (*apud* Silva Neto, 1988, p. 600): “falam [as nações asiáticas] a língua portuguesa, mas cada uma a seu modo, como no Brasil os de Angola, e os da terra [...] A língua portuguesa tem avesso e direito: o direito é como nós a falamos, e o avesso como a falam os naturais [...] Eram línguas partidas, não só porque eram muitas línguas, senão porque eram línguas e meias línguas, porque eram meio portuguesas e meio de todas as outras nações que as pronunciavam e as mastigavam a seu modo.”

⁴ A comunidade rural afro-brasileira de Helvécia, situada no extremo sul do Estado da Bahia, é a única comunidade para a qual se têm evidências de que pode ter passado por um processo pretérito de criouliização (FERREIRA, 1984). Porém, é um caso isolado e com algumas particularidades, como o fato de ter sido oriunda de grandes propriedades de colonos suíços e alemães, que se instalaram na região, no século XIX (ZIMERMANN, 1999; BAXTER; LUCCHESI, 1999).

⁵ Essa era a posição de Aryon Rodrigues (2006, p. 155, nota 2): “Não é improvável que alguns pidgins, ou mesmo crioulos, tenham-se desenvolvido em certos lugares, mas sem ter alcançado a estabilidade que lhes permitiria expandir-se no espaço e sobreviver por longo tempo”. Para mais detalhes, veja-se Lucchesi (2009; 2015, p. 90-112).

⁶ Segundo estimativas recentes, desembarcaram no Brasil, entre 1550 e 1850,

Embora Guy (1981) tenha postulado que o português popular brasileiro fosse derivado de um crioulo português que teria se formado entre os séculos XVI e XVII no Brasil, essa posição não tem sido mais aceita. Em primeiro lugar, pela ausência de um registro histórico incontestado da existência de algum crioulo no Brasil (NARO; SCHERRE, 2007), apesar de haver algumas referências indiretas.³ Em segundo lugar, pelo fato de que não tenha chegado aos dias atuais qualquer variedade linguística com uma natureza crioula ou que tenha uma história incontroversamente crioula (PARKVALL; LÓPES, 2003).⁴ Portanto, a posição que adotamos aqui é que, embora seja provável que variedades pidginizadas/crioulizadas do português tenham-se formado, sobretudo no Nordeste brasileiro, entre os séculos XVI e XVII, elas não se expandiram e desenvolveram, de forma representativa, dentro do mosaico linguístico do Brasil colonial.⁵

Portanto, vamos tentar explicar, por meio dos condicionamentos socioeconômicos, por que a criouliização aconteceu tão amplamente no Caribe e não aconteceu, de forma representativa e duradoura, no Brasil, conquanto o país tenha recebido mais escravos africanos do que o Caribe.⁶ Com a linha de raciocínio desenvolvida neste artigo, procuraremos demonstrar que, não obstante as similaridades, as especificidades da estrutura da sociedade colonial brasileira não possibilitaram a ocorrência da ruptura radical necessária à P/C, como ocorreu no Caribe. Para desenvolver esse raciocínio, este artigo se estrutura da seguinte maneira. A primeira seção apresenta um panorama do contato linguístico na sociedade de plantação do Nordeste brasileiro, no século XVII, traçando paralelos com as sociedades de plantação do Caribe. A segunda seção estende esse panorama para o ciclo do ouro, ocorrido no século XVIII. A terceira seção apresenta inferências, com base no caso brasileiro, para a identificação das condições sócio-históricas que possibilitaram a criouliização. Na quarta seção, formulam-se generalizações para contribuir com a compreensão da questão da gênese das línguas crioulas. Por fim, nas considerações finais, é feito um cotejo dos aspectos estruturais das variedades linguísticas que se formam em situações de contato entre línguas, como ocorreu no Brasil, com as mudanças estruturais que normalmente ocorrem na criouliização. Tais diferenças só

mais de 4,8 milhões de escravos africanos, enquanto o Caribe recebeu, no mesmo período, cerca de 3,9 milhões. Fonte: Voyages - The Trans-Atlantic Slave Trade Database [http://slavevoyages.org/assessment/estimates]. Acesso em 24 set. 2018.

podem ser explicadas em função das diferenças nos processos históricos em que umas e outras se formaram.

1. O contato entre línguas na sociedade de plantação do Nordeste brasileiro

A sociedade de plantação que se estabeleceu no Nordeste, em torno das vilas de Olinda e Recife, em Pernambuco, e de Salvador, na Bahia, entre o século XVI e o século XVII, é certamente o cenário mais favorável à P/C do português no Brasil, em todo o período colonial. O estabelecimento dessa sociedade de plantação no Nordeste se deve sobretudo à maior fertilidade dos solos dessa região para esse tipo de cultivo e à maior proximidade do mercado consumidor europeu. Nessa região, a colonização portuguesa foi mais massiva, e a população indígena foi progressivamente dizimada e substituída pelos escravos importados da África:

No nordeste do Brasil, a transição para a escravidão africana foi feita gradualmente, entre 1570 e 1650. [...]. Por volta de 1650, era difícil encontrar índios nos engenhos das principais capitanias produtoras de açúcar, e a africanização da força de trabalho já estava completa. (MENARD; SCHWARTZ, 2002, p. 10)

No plano linguístico, é possível que os primeiros escravos africanos tenham tido contato com a língua geral indígena de base tupinambá, na Bahia e em Pernambuco, mas, com a violenta redução da presença indígena, os escravos, desde cedo, passaram a ter contato apenas com o português, porém há importantes registros históricos da manutenção em uso de uma língua franca africana.

Entre a segunda metade do século XVI até o final do século XVII, a língua mais importante no substrato africano foi o quimbundo, uma língua banto. Uma evidência histórica disso é que a primeira gramática conhecida da língua quimbundo, a *Arte da Língua de Angola*, foi escrita pelo padre jesuíta português Pedro Dias, em Salvador, em 1694 e publicada em Lisboa em 1697 (ROSA, 2013). Seu objetivo era possibilitar a catequese dos escravos. Outra evidência de que o quimbundo era geral na região provém da afirmação do padre Antonio Vieira de que “nos anos 1660 havia 23.000 escravos africanos catequizados na língua de Angola” (*apud* PETER, 2006, p. 127). Além de ser

usado nos engenhos, é bem provável que o quimbundo fosse a língua corrente nos quilombos, como o de Palmares (SILVA NETO, 1963, p. 85), que resistiu durante décadas, na segunda metade do século XVII, na região de Alagoas, e chegou a reunir muitos milhares de habitantes.

Assim, pode-se concluir, desse predomínio do quimbundo, que a política de misturar étnica e linguisticamente os africanos, também no Brasil, foi mais um *desideratum* do que uma prática efetiva (ARENDS, 2008, p. 313). Por outro lado, deve-se considerar a imposição do português aos africanos e sua assimilação como língua materna, entre os nascidos no Brasil, os chamados *crioulos*. Os africanos apresentariam níveis muito variados de proficiência em português, desde variedades muito restritas de segunda língua, dos chamados *boçais*, até um domínio mais corrente da língua, dos chamados *ladinos*, principalmente no caso dos que chegavam ao Brasil muito jovens. A nativização do português entre os crioulos era, em maior ou menor grau, afetada, na medida em que se tomasse como modelo variedades defectivas de segunda língua faladas pelos adultos africanos (LUCCHESI, 2009 e 2015, p. 90-112). Entre os crioulos, deve-se considerar o crescente número de *mulatos*, que, embora fossem mantidos na maioria das vezes como escravos, gozavam de uma condição ainda melhor do que os crioulos negros e, conseqüentemente, tendiam a ser mais assimilados, em termos culturais e linguísticos.

A função desempenhada pelo escravo afetava diretamente sua proficiência linguística, porque “a diferença de função se correlacionava não apenas com as diferenças em status e poder dentro da comunidade negra, mas também com a quantidade de interação com os brancos”⁷ (ARENDS, 1995, p. 19). Por outro lado, a maior proficiência na língua dominante facilitaria a ascensão do negro na hierarquia de funções, podendo-se estabelecer uma relação dialética entre sua função no mundo do trabalho e sua característica étnica e proficiência linguística: “os mulatos e negros crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos negros, sobretudo aos africanos, a dura labuta dos campos e outras tarefas pesadas” (CARDOSO, 1990, p. 105).

É difícil estimar o peso demográfico dos africanos e seus descendentes na população total do Brasil como um todo e do Nordeste em particular. Em 1600, a população do Brasil

⁷ Traduzido do original inglês.

seria de apenas 100 mil habitantes; sendo os brancos apenas 30 mil, contra 70 mil índios, negros e mestiços.⁸ Em 1660, em uma população de 184 mil indivíduos, os escravos africanos já correspondiam a 60% do total; sendo 110 mil, contra 74 mil brancos e índios. Do total de 300 mil pessoas que viviam no Brasil, em 1700, 170 mil seriam escravos de origem africana, enquanto os brancos seriam, no máximo, 100 mil. Chega-se, assim, a um percentual de escravos africanos da ordem de 57% (IBGE, 2000, p. 30).

Contudo, essas estimativas referem-se a todo o território brasileiro. Como o Nordeste concentrava os engenhos de cana-de-açúcar, o percentual de africanos e seus descendentes nessa região seria mais elevado, podendo-se pensar em algo em torno de até 70%. Portanto, ao longo de toda a história do Brasil, a sociedade de plantação do Nordeste do século XVII seria o cenário sócio-histórico mais favorável à crioulização do português, havendo paralelos significativos com as sociedades de plantação do Caribe. Dessa forma, a questão que se impõe é: *por que o português não se criouliizou, de forma consistente, no Nordeste do Brasil colonial?*

O primeiro fator a ser considerado seria exatamente a proporção de falantes do grupo dominante *vis-à-vis* os africanos e crioulos. Não apenas no século XVII, mas desde o início da colonização portuguesa, no início do século XVI até o final do século XIX, a proporção de portugueses e seus filhos nascidos no Brasil se manterá em torno de 30% ou um pouco mais, como se pode ver na Tabela 1:

⁸ Fica naturalmente excluída toda a população indígena que habitava o território brasileiro, mas não estava integrada na sociedade colonial portuguesa.

Tabela 1 - População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

Etnia	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: MUSSA (1991, p. 163).

No século XVII, os falantes da língua de superstrato compõem 30% da população total do Brasil. Essa proporção não se altera significativamente nos séculos XVIII e XIX. Portanto, a proporção do grupo dominante é maior do que a que Bickerton (1981) definiu como o máximo para que ocorresse a criouliização; ou seja, um crioulo propriamente dito só poderia emergir em uma sociedade na qual o grupo dominante não fosse maior que 20% do total da população. Embora esse índice possa ser questionado,⁹ os seus fundamentos são plenamente válidos, já que o grau de acesso dos falantes do substrato aos modelos da língua-alvo é crucial no processo de criouliização. Quanto menor for a proporção de falantes da língua de superstrato, mais restrito será o acesso dos falantes do substrato aos modelos da língua-alvo. Assim, a maior proporção de falantes da língua-alvo possibilitaria um maior acesso dos africanos e seus descendentes aos modelos da língua portuguesa, inibindo potenciais processos de P/C, como aconteceu no Brasil.

No entanto, além da proporção absoluta entre o grupo dominante e o grupo dominado, a estrutura da sociedade colonial brasileira também parece diferir da estrutura prototípica das sociedades de plantação do Caribe. Como toda sociedade de plantação, a sociedade açucareira do Nordeste do Brasil estruturou-se em torno do engenho, a grande propriedade latifundiária “que, além de concentrar a produção e vinculá-la ao seu sentido mercantil, tornava possível executar as funções que dão sentido a uma série de atividades” (FERLINI, 2002, p. 26). Porém, “em torno do engenho, articulava-se uma miríade de pequenos produtores de cana, de lavradores de roça, moradores e agregados que o abasteciam” (FERLINI, 2002, p. 25). Assim:

A polarização da sociedade colonial em duas categorias fundamentais – senhores e escravos – escondia extensa gama de grupos intermediários que compunham o universo social do Nordeste açucareiro: mercadores, roceiros, artesões, oficiais de açúcar, lavradores de roça e mesmo desocupados. (FERLINI, 2002, p. 28)

A estrutura mais matizada do Brasil possibilita um contato mais estreito entre os africanos e, sobretudo, os crioulos com os falantes da língua-alvo, o que inibiria potenciais processos de P/C. Esse contato mais estreito ocorreria nas relações dos

⁹ Cf., por exemplo, Arends (2008, p. 316).

escravos com os produtores dos grupos intermediários que trabalhariam com poucos escravos:

Os lavradores de cana apresentavam diferentes origens sociais e escalas econômicas diversas. [...] entre eles encontramos desde colonos humildes, possuidores de, no máximo, dois escravos, até grandes plantadores com trinta ou mais escravos. (FERLINI, 2002, p. 29-30)

Os “pequenos produtores escravistas”, no mais das vezes, dedicavam-se à produção de alimentos, particularmente a mandioca, para suprir os engenhos e as vilas costeiras, e possuíam uma média de três a cinco escravos (TEIXEIRA DA SILVA, 1990, p. 72). Nessas pequenas propriedades, o acesso dos africanos e principalmente dos crioulos aos modelos gramaticais do português seria muito mais amplo do que em um grande engenho com mais de 100 escravos.¹⁰

Assim, o quadro geral da propriedade da terra e da distribuição da propriedade de escravos que predomina no Brasil durante todo o período colonial revela um reduzido número de grandes latifundiários com um elevado número de escravos, em oposição a uma grande proporção de pequenos proprietários, com até, no máximo, cinco escravos, e uma considerável porção de proprietários de médio porte. Mesmo nas áreas de maior concentração de *plantations*, como o Nordeste açucareiro do século XVII, “a concentração da posse de escravos não era tão grande quanto seria de esperar” (CARDOSO, 1990, p. 96). Essa presença representativa da pequena propriedade com poucos escravos se contrapõe ao cenário predominante no Caribe, onde a pequena propriedade, quando chegou a existir, foi substituída rapidamente pela grande propriedade escravista, na implantação da sociedade de plantação (SINGLER, 2008).

Portanto, a mediação e maior complexidade da sociedade de plantação no Brasil constituiu um fator crucial para a inibição de potenciais processos de P/C. Conquanto não se deva pensar as sociedades de plantação do Caribe de uma forma simplista e redutora, há indícios de que a dicotomia lá seria mais acentuada do que no Brasil, em função de uma maior concentração da produção do açúcar em grandes plantações (HIGMAN, 2000; BURNARD; GARRIGUS, 2016). Deve-se ter em conta, outrossim, que a própria concorrência

¹⁰ Segundo Cardoso (1990, p. 104-5), “o engenho médio comportava dezenas de escravos”, enquanto “os maiores chegaram a ter várias centenas de escravos”.

da implantação das sociedades de plantação exportadoras de açúcar no Caribe, por ingleses, holandeses e franceses, teve um forte impacto no Nordeste açucareiro do Brasil, abalando ainda mais a rígida estrutura mercantilista concentrada na grande propriedade escravista:

Vários textos da época, como os de Jorge Benci e Antonil, fazem uma intensa pregação para que os senhores de engenho tratem bem os lavradores que, sem engenho, tinham que levar suas canas para moer [...], e, principalmente, que não maltratem seus escravos, pois eram “peças” valiosas e poderiam pôr a perder os “cabedais” necessários” à empresa. (TEIXEIRA DA SILVA, 1990, p. 72)

A melhor condição de vida dos escravos favoreceria o aumento de sua taxa de natalidade, e, como observou Singler (2008), uma maior proporção de crioulos favoreceria uma aproximação da variedade que se forma na situação de contato com a língua lexificadora. Como os nascidos nas sociedades de plantação, em geral, teriam mais acesso à língua-alvo do que os africanos, uma maior taxa de natalidade resultaria em uma maior aproximação da variedade que se forma na situação de contato com a língua do grupo dominante: “em geral, criados na família do senhor, [os crioulos foram] fortemente marcados pela sociedade dos brancos” (MATTOSE, 2003, p. 105). Há diversos registros que apontam para as condições que favoreceram a assimilação dos crioulos pela sociedade branca:

Nas grandes propriedades – engenhos de açúcar e fazendas de café, por exemplo – as crianças pretas passeiam em total liberdade, participando das brincadeiras das crianças brancas e das carícias de todas as mulheres da casa. (MATTOSE, 2003, p. 128)

Em tais condições, os crioulos não adquiriam a língua africana de seus ancestrais, e a própria variedade de português falada como segunda língua pelos africanos não seria o principal modelo para a aquisição da língua materna por parte de crioulos e mulatos, que teriam acesso à língua dos brancos e dos capatazes e subordinados mais qualificados no sistema produtivo. O crescente número de crioulos e mulatos, nesse contexto, coloca-se como decisivo para impedir a P/C. E, como se pode ver na Tabela 1, ao longo do século XVII, o número de crioulos e mulatos equivale ao número total de

africanos, pois, enquanto os africanos correspondem a 30% da população, os crioulos correspondem a 20%, e os mulatos a 10%. Já no século XVIII, o total de crioulos e mulatos já seria o dobro do número de africanos.

Os historiadores do Brasil têm destacado que “a mestiçagem pesou muito no mundo do trabalho colonial, que entre outras coisas classificava as pessoas pela cor” (CARDOSO, 1990, p. 99). Se as possibilidades de assimilação eram maiores para os crioulos negros do que para os africanos, eram ainda maiores para os crioulos mulatos (SILVA NETO, 1963[1951], p. 114; RISÉRIO, 2004, p. 353). Isso não significa que o racismo no Brasil não tenha marcado negativamente o mulato, como um ser traiçoeiro e pouco confiável, em função de sua condição ambígua: nem preto, nem branco. De seu estereótipo também consta a figura do mulato pernóstico e bem falante, pois este tinha consciência de que suas possibilidades de ascensão social aumentariam largamente com uma boa proficiência na língua dominante, o que muitas vezes resultaria em um comportamento artificial e empolado (RISÉRIO, 2004, p. 356). Portanto, a ampla mestiçagem na formação da sociedade brasileira pode ser considerada como um dos mais decisivos fatores que inibiram a P/C do português no Brasil. Nesse sentido, os dados demográficos disponíveis são muito contundentes em relação à proporção de mulatos na sociedade brasileira, como se pode ver nos números da tabela 1. O percentual de mulatos no conjunto da população brasileira quase dobra entre os séculos XVII e XVIII, passado de 10% para 19%. No século XIX, corresponde a quase a metade da população, atingindo 42% do total. Como muitos mulatos eram considerados brancos quando ascendiam socialmente, esse percentual seria provavelmente maior.

Assim, todos os fatores sociais que teriam inibido a criouliização do português no Brasil no século XVII só se aprofundaram ao longo do século XVIII, com o advento do chamado ciclo do ouro, tornando ainda mais remotas as possibilidades de criouliização do português.

2. O ciclo do ouro no século XVIII

Lucchesi (2017) situa, na passagem do século XVII para o XVIII, um *turning point* na história sociolinguística do Brasil,

com a intensificação da difusão do português como língua hegemônica, alterando a situação predominante nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa, que Mattos e Silva (2004) definiu como de *multilinguismo generalizado*. Esse processo de homogeneização linguística do Brasil só se completará no fim da chamada República Velha, em 1930, quando o português se torna a língua materna da grande maioria da população brasileira, convivendo apenas com línguas indígenas minoritárias, faladas nas regiões mais recônditas do país (sobretudo na Amazônia), e com alguns pequenos bolsões de línguas de imigração (principalmente na região sul).

Um fator decisivo, nessa virada na história sociolinguística do Brasil, foi a descoberta de ricas jazidas de ouro e pedras preciosas na região do atual Estado de Minas Gerais, no final do século XVII (1693-5), inaugurando o chamado *ciclo do ouro*, que viria a predominar no Brasil no século XVIII. O impacto demográfico do *boom* da mineração foi tão intenso que a população do Brasil, que era de aproximadamente 300 mil indivíduos em 1700, aumentou para cerca de 3.600.000 habitantes em 1800 (IBGE, 2000, p. 221), o que corresponde a um crescimento de 12 vezes, ao longo do século XVIII, o maior de toda a história do Brasil, em termos relativos.

A imigração portuguesa contribuiu significativamente para esse expressivo crescimento, pois estima-se que cerca de 600 mil portugueses migraram para o Brasil, somente entre 1701 e 1760 (VENÂNCIO, 2000, p. 65-66). Some-se a isso o enorme contingente de escravos importados da África. Pelas estimativas mais recentes, a média anual de desembarque de africanos no Brasil passou de pouco mais de 10 mil, no último quarto do século XVII, para quase 17 mil no período de 1701 a 1725, chegando a quase 25 mil escravos importados anualmente no último quarto do século XVIII. Dessa forma, teriam desembarcado no Brasil quase dois milhões de africanos ao longo de todo o século XVIII.¹¹

Embora esses escravos fossem divididos entre a mineração e as plantações do Nordeste, a maior parte seria carregada para o trabalho nas minas, inclusive muitos senhores de engenho se deslocaram para o Sudeste levando seus escravos para tentar a sorte na mineração. Com o *boom* da mineração, o Rio de Janeiro torna-se a cidade mais importante do país e o principal porto de exportação de ouro e de importação de escravos. Em 1763,

¹¹ Estimativa de africanos desembarcados no Brasil, no século XVIII, em períodos de 25 anos: de 1701 a 1725: 423.161; de 1726 a 1750: 468.690; 1751 a 1775: 476.010; de 1776 a 1800: 621.156. Fonte: *Voyages – The Trans-Atlantic Slave Trade Database* [<http://slavevoyages.org/assessment/estimates>]. Acesso em 24 set. 2018.

a capital da Colônia é transferida de Salvador, que era a capital desde 1549, para o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro recebia a maioria de seus escravos da região de Angola, portanto eram falantes de línguas banto, com a proeminência do quimbundo. Já Salvador passou a receber escravos da chamada Costa dos Escravos ou Costa da Mina, que corresponde aos atuais Estados do Benin e da Nigéria, com a predominância de falantes do iorubá e do grupo gbe, sobretudo o fon e ewe.

Muitos escravos desembarcados na Bahia eram vendidos para Minas Gerais. Um manual de conversação em língua fon, escrito por um português, em Vila Rica, em 1741, comprova esse circuito de comércio de escravos, bem como o uso de línguas francas africanas, na sociedade mineira do século XVIII (CASTRO, 2002). Uma outra evidência de uso de línguas francas africanas na sociedade mineira, nesse caso, do quimbundo, é a conservação, até os dias atuais, de um provável remanescente dessas línguas francas. Trata-se de uma língua secreta de uso restrito, descoberta em uma comunidade afastada do interior do Estado de Minas Gerais (QUEIROZ, 1998). Essa língua exibe um vocabulário restrito de quimbundo, com uma gramática do português popular atual.

Embora a sociedade mineira tenha concentrado uma grande população de escravos africanos, que também usavam línguas francas, como o quimbundo e o fon, é consabido que as sociedades mineiras não são um ambiente propício à criouliização. Em países da América do Sul que importaram largos contingentes de escravos africanos para trabalhar nas minas, como o Peru e a Bolívia, não se tem notícia de qualquer processo de criouliização.

A dinâmica do trabalho escravo na mineração era bastante distinta da escravidão na lavoura, de modo que a situação do escravo na sociedade mineira se distancia da massa amorfa da escravaria das *plantations* e se assemelha mais à condição do escravo doméstico e urbano,¹² possibilitando-lhe um maior acesso aos modelos da língua dominante inibindo, por conseguinte, a P/C. Além disso, “a escassez aguda de mulheres brancas nas primeiras décadas [do século XVIII]” provocou “uma intensa mestiçagem” (CARDOSO, 1990, p. 106).

Para além de constituir um universo não propício à P/C, o *boom* da mineração no Sudeste produziu mudanças que contribuíram para inibir ou sustar eventuais processos

¹² Cf. Castro (1990, p. 108): “Enquanto nas plantações o trabalho da massa escrava era anônimo e coletivo, sua situação social parecia mais definida, por serem mais rígidas as relações casa-grande e senzala, na região das minas, como nos serviços urbanos e domésticos, o trabalho escravo se destacava por ser fruto de seu esforço individual, o que lhe dava mais possibilidades de comprar ou adquirir a liberdade, tornando-se ele próprio comerciante, traficante, minerador, negro de ofício, a bem dizer, estabelecido num trabalho autônomo.”

de P/C já em curso no Nordeste. A explosão demográfica ocorrida em Minas Gerais criou uma enorme demanda por alimentos, promovendo uma grande expansão da pecuária, que já se iniciou no século XVII, mas ganhou grande impulso com o ciclo do ouro, no século XVIII. No Nordeste, criadores de gado da região da Bahia, Sergipe e Alagoas penetraram os sertões através do curso do Rio São Francisco até atingir o interior de Minas Gerais. Para conquistar esses territórios, tiveram de sobrepujar a resistência de muitos quilombos, como o de Palmares, já referido aqui, e de muitas tribos indígenas, com destaque para a chamada Confederação dos Cariris (TEIXEIRA DA SILVA, 1990, p. 83). Ao desbaratar quilombos e tribos, os colonizadores promoviam a expansão da língua portuguesa, em detrimento das línguas indígenas e das línguas francas africanas, bem como de eventuais pidgins e crioulos portugueses que se teriam formado nos quilombos.

Assim, a proeminência da economia mineira no Sudeste do Brasil teve fortes consequências na sociedade de plantação do Nordeste, alterando profundamente a estrutura socioeconômica dessa região. A elevação do preço dos escravos e a forte concorrência inglesa e francesa, com suas plantações de açúcar exatamente no Caribe, estão entre os fatores determinantes para o declínio das grandes plantações no Nordeste e a disseminação da pequena propriedade de lavradores pobres ao longo do século XVIII. Esses pequenos proprietários se direcionaram, ao longo do século, para o circuito mercantilista, passando a produzir o algodão que era requerido pelo desenvolvimento do primeiro ciclo da revolução industrial na Inglaterra (FERLINI, 2002, p. 37-8).

Assim, esse declínio da grande propriedade escravista no Nordeste e a multiplicação das pequenas propriedades não apenas aprofundaram as condições inibidoras da P/C, como podem ter concorrido para a diluição de possíveis processos embrionários de P/C do português iniciados no século anterior. No universo das pequenas propriedades, os poucos escravos africanos, bem como os crioulos e mulatos, manteriam um contato mais estreito com o pequeno proprietário, seus familiares e eventuais agregados brancos. Assim, africanos e crioulos adquiririam, como segunda ou primeira língua, uma variedade da língua portuguesa

simplificada e alterada, mas não o suficiente para se tornar uma variedade linguística qualitativamente distinta do português, como ocorre na P/C.

Portanto, os dados históricos apresentados até aqui permitem identificar bem os fatores que inibiram a P/C do português do Brasil:

- (i) Um percentual do grupo de falantes da língua de superstrato (30%) maior do que concebido como o máximo para que ocorra criouliização (20%).
- (ii) A grande representatividade de pequenos plantadores que possuíam de um a cinco escravos apenas, no conjunto de proprietários de escravos.
- (iii) Uma maior assimilação dos crioulos e sobretudo dos mulatos, que eram estimulados a adotar os padrões linguísticos e culturais da sociedade branca.
- (iv) O alto grau de mestiçagem presente na formação da sociedade brasileira.
- (v) O advento do ciclo do ouro, no século XVIII.

Identificar os fatores que impediram a criouliização no Brasil pode ajudar muito a compreender os fatores que possibilitaram a criouliização em sociedades com características semelhantes às da sociedade brasileira.

3. Implicações do caso brasileiro para a compreensão das condições sócio-históricas que possibilitaram a criouliização

O cotejo das condições que inibiram a criouliização do português no Brasil (mesmo no auge da sociedade de plantação açucareira do Nordeste, no século XVII) *vis-à-vis* as condições que possibilitaram a emergência das línguas crioulas no Caribe revelam que o primeiro fator que diferencia os dois universos é a estrutura socioeconômica. Enquanto a pequena propriedade se manteve no Brasil com grande representatividade no sistema mercantilista mais amplo, os dados disponíveis para o Caribe indicam o largo predomínio das grandes propriedades, que foram implantadas rapidamente na região.

A rápida implantação das grandes plantações de açúcar no Caribe pode explicar por que a criouliização ocorreu lá, e não ocorreu no Brasil. O estabelecimento das plantações de açúcar implica: (i) uma rápida alteração na proporção entre europeus e africanos, em favor desses últimos; (ii) um reduzido contato dos africanos com a língua europeia do grupo dominante (SINGLER, 2008, p. 335). Dessa forma, Singler (2008: 340) conclui que:

As transformações sociais provocadas pela rápida mudança para o açúcar teriam criado uma situação na qual a exposição [à língua dominante] e a motivação [para adquiri-la] teriam sido reduzidas drasticamente para a maioria dos africanos. Geralmente, então, a mudança para o açúcar teve como consequência direta uma ruptura na transmissão da língua lexificadora.¹³

Nesses contextos, os grandes contingentes de africanos que eram introduzidos sucessivamente nas grandes propriedades tinham um reduzido acesso à língua do grupo dominante, a língua lexificadora (LL), adquirindo, no geral, uma versão de segunda língua (L2) cujo aparato gramatical era drasticamente reduzido. E a influência linguística dos colonizadores europeus ia progressivamente diminuindo, à medida que se avolumava a massa de escravos, com as sucessivas levadas que o tráfico negreiro importava da África. Acrescente-se a isso a baixíssima taxa de natalidade entre a população escrava:

Em poucas colônias do Caribe, a população escrava se reproduzia. Em todas as outras, ocorria um decréscimo natural. Assim, a manutenção da força de trabalho escravo dependia da constante importação de novos escravos.¹⁴ (SINGLER, 2008, p. 335)

Provavelmente, terá havido africanos e crioulos que assumiam o trabalho doméstico, ou funções mais especializadas ou de comando na cadeia de produção, tendo *a fortiori* mais contato com a língua do grupo dominante e adquirindo variedades de L2 mais próximas da LL. Porém, estes sempre constituíram uma minoria nas sociedades em que emergiram as línguas crioulas. A grande massa de escravos que labutava nas lavouras tinha muito pouco acesso aos modelos da língua dominante, adquirindo o que se tem denominado um *jargão* ou um *pré-pidgin* (SIEGEL, 2008). E, na medida em que eles fossem usando esse código restrito de comunicação emergencial para

¹³ Traduzido do original inglês.

¹⁴ Idem.

se comunicar entre si, fora do circuito do grupo dominante, em função de uma eventual heterogeneidade do substrato, ou simplesmente por adequação à nova realidade, o jargão se desenvolveria funcional e gramaticalmente, de modo que a hipótese da pidginização seria a mais plausível (MCWHORTER, 1998, 2000; SIEGEL, 2008; PARKVALL, 2012).

Outro aspecto a ser considerado é a ascendência cultural e simbólica do grupo dominante sobre a massa de escravos. Como referido nas seções anteriores, as dubiedades na formação da sociedade brasileira, já destacadas em obras clássicas, como Freyre (1936) e Holanda (2002 [1936]), apontam para uma maior assimilação dos escravos, sobretudo os crioulos e os mulatos. E a crescente representatividade destes últimos na composição do grupo dominado na estrutura social do Brasil Colônia pode explicar porque não ocorreu a P/C, pois o princípio de que "*ceteris paribus* quanto maior for a proporção de escravos nascido no local, mais próximo da LL será o crioulo",¹⁵ postulado por Singler (2008: 341), pode ser aplicado com tal intensidade no caso brasileiro que inibiu a própria criouliização, dando ensejo não a uma língua crioula, mas a uma variedade da LL.

Já na estrutura social predominante no Caribe, embora os escravos domésticos e mais qualificados, nomeadamente os crioulos e mulatos, buscassem assimilar os padrões de comportamento e os valores do grupo dominante, a grande massa de escravos das grandes propriedades rurais se orientaria muito pouco para os padrões linguísticos e comportamentais do grupo dominante, seja porque não tinham acesso a esses modelos, seja porque não estavam interessados em reproduzi-los, por diversas e legítimas razões (SINGLER, 2008, p. 344). Nesse sentido, a visão de Baker (2000) para a variedade de L2 usada pelos escravos, como meio de comunicação interétnica (*medium for interethnic communication*) é muito mais adequada. Livre dos modelos da língua dominante, a grande massa do substrato desenvolveria um pidgin qualitativamente distinto da LL. Derivada desse pidgin, a língua crioula é igualmente uma língua qualitativamente distinta da sua LL.

Ao que tudo indica, o acesso aos modelos da LL era bem mais restrito, nas plantações do Caribe, mesmo para os crioulos, principalmente nos quilombos, onde muitas línguas crioulas se desenvolveram, particularmente no Suriname. Associado a

¹⁵ Traduzido do original inglês..

isso está o fato de que o grau de mestiçagem no Caribe foi, no geral, bem mais baixo do que aquele observado no Brasil, o que, por sua vez, estaria associado ao menor peso demográfico dos europeus no Caribe, comparado com o peso dos portugueses no Brasil. Deve-se considerar, outrossim, as diferenças no plano cultural e religioso entre portugueses católicos, por um lado, e protestantes ingleses, holandeses e franceses, por outro.

Portanto, a adequada análise das condições sócio-históricas em que se formaram os crioulos do Atlântico, especificamente nas plantações de açúcar, e ainda mais nos quilombos, sustenta, de forma consistente, a hipótese de que uma ruptura na transmissão da LL é condição *sine qua non* para a ocorrência da pidginização, da qual decorre a criouliização. Essa visão se ajusta perfeitamente à adequada visão de que os crioulos são línguas qualitativamente distintas de suas línguas lexificadoras, e não uma mera variedade da LL, como defendido por Chaudenson (2003), DeGraff (2003) e Mufwene (2001), entre outros crioulistas.

4. Princípios gerais para a compreensão da gênese das línguas crioulas

Para uma adequada formalização das condições sócio-históricas que deram ensejo ao fenômeno da criouliização, é preciso formular princípios mais gerais e abstratos que possibilitem uma interpretação qualitativa dos dados socioeconômicos e demográficos, e não uma mera análise quantitativa. O princípio geral que se postula aqui é o de que a segregação/isolamento da população dominada é crucial para a criouliização, pois implica uma severa restrição do acesso dos falantes do substrato à LL, determinando uma ruptura na transmissão linguística da língua lexificadora. Por conseguinte, o alto grau de isolamento e segregação dos grupos do substrato impede a assimilação de boa parte dos mecanismos gramaticais da LL, ao tempo em que possibilita profundas mudanças na forma fonética das palavras transmitidas; criando, assim, as condições necessárias para uma reestruturação gramatical independente e original da língua que se forma na situação de contato.

Esse fator segregação/isolamento deve ser considerado tanto no plano objetivo, quanto no plano subjetivo. No plano

objetivo, ocorre a separação física dos escravos, que vivem em grandes galpões apartados e compõem totalmente a força de trabalho nas lavouras em grandes plantações, sendo controlados apenas por um pequeno número de capatazes e senhores, que podem ser tanto europeus quanto africanos ou crioulos cooptados pelo grupo dominante. No plano subjetivo, o que se destaca é a ação de mecanismos ou de relações sociais que favorecem ou desfavorecem a integração dos africanos e seus descendentes na sociedade colonial. A miscigenação seria um meio de integração dos afrodescendentes, ao mesmo tempo ela mesma já é o produto de relações sociais que favorecem a assimilação.

Portanto, a desproporção entre africanos e europeus com os primeiros compondo a maioria da população colonial seria um fator demográfico favorável à criouliização. Porém, é preciso analisar as especificidades de cada sociedade colonial, para se tentar aferir o grau de segregação/isolamento dessa população africana. No Brasil, embora os africanos e seus descendentes tenham composto até mais de dois terços da população colonial, o grande número de pequenas propriedades com poucos escravos reduziu bastante o isolamento desse segmento, facilitando-lhe o acesso aos modelos da língua dominante, o português. Já na maioria das sociedades de plantação do Caribe, onde ocorreu a criouliização, além do percentual do segmento do substrato ser maior, o seu grau de isolamento seria mais elevado, em função da concentração da produção em grandes propriedades. No plano subjetivo e cultural, há igualmente diferenças significativas, que explicam por que a criouliização aconteceu no Caribe, e não aconteceu no Brasil. Abundam, na historiografia do Brasil, análises que destacam os mecanismos de assimilação dos crioulos e principalmente dos mulatos, com um alto grau de mestiçagem na formação da sociedade brasileira. Já no Caribe, tudo indica que esses mecanismos não foram tão fortes, e o nível de mestiçagem foi bem mais baixo do que no Brasil.

Um dos elementos que evidenciam as possibilidades de integração do segmento do substrato na sociedade colonial brasileira são as famosas *irmandades negras*, sociedades religiosas católicas formadas por negros e mulatos alforriados, mas também por escravos. Essas sociedades, além de promover a religião católica entre os seus membros, atuavam como

sociedades civis, arrecadando fundos para pagar enterros, dar assistência médica e até comprar a alforria de seus membros. Tais sociedades representam mais um importante mecanismo de integração dos povos do substrato na sociedade brasileira, o que impediu a P/C do português no Brasil.

Por fim, deve-se tratar aqui de um fator que se destaca no contexto que possibilita a P/C: a velocidade de estabelecimento da sociedade de plantação. Apesar de todas as mediações que devam ser levadas em conta na consideração desse fator sociodemográfico, é inegável que o rápido estabelecimento de grandes plantações que importaram grandes levas de escravos africanos constituiu um contexto altamente propício à P/C. Esse fator pode ser crucial para entender por que emergiram crioulos no sudeste dos EUA, e não no nordeste do Brasil, ampliando um pouco o escopo da comparação que aqui se faz entre o Brasil e o Caribe.

Apesar de o Brasil ter importado muito mais escravos africanos do que os EUA¹⁶ e a proporção de afrodescendentes seja muito maior no Brasil do que nos EUA,¹⁷ a crioulação, que não se desenvolveu no Brasil, desenvolveu-se e chegou aos dias atuais nos EUA, com o gullah, crioulo inglês que se formou antes de 1750 e ainda é falado por cerca de 250 mil indivíduos, em ilhas e regiões costeiras dos Estados da Carolina do Sul, Carolina do Norte, Geórgia e Flórida.¹⁸

Uma explicação para isso está na velocidade do estabelecimento das plantações de algodão no sudeste dos EUA *vis-à-vis* o processo de implantação das *plantations* no Brasil:

Diferentemente do Brasil, onde o processo foi gradual e inconstante, [...], a Carolina do Sul adotou uma força de trabalho africanizada de uma forma rápida e completa. Em 1720, apenas meio século depois da primeira ocupação inglesa na região e pouco mais de uma década depois da articulação inicial do regime de *plantation*, as terras da baixada já contavam com 12 mil escravos, a grande maioria deles negros, que compreendiam dois terços da população da colônia. (MENARD; SCHWARTZ, 2002, p. 17-18)

Portanto, mesmo tendo se concentrado na cultura do algodão, e não de cana-de-açúcar, que mais favorece à P/C (ARENDS, 2008, p. 321), as plantações do Sudeste dos EUA se mostraram um contexto favorável à P/C, em função da incrível rapidez com que a sociedade de plantação lá se implantou (em

¹⁶ O Brasil importou cerca de 4,8 milhões de escravos africanos, entre 1550 e 1850, enquanto os EUA importaram menos de quatrocentos mil, no mesmo período. Fonte: *Voyages - The Trans-Atlantic Slave Trade Database* [http://slavevoyages.org/assessment/estimates]. Acesso em 11 out. 2018.

¹⁷ No Brasil, negros e pardos correspondem a 52,6% do total da população de cerca de 208 milhões de habitantes, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 24/11/2017. Nos EUA, os negros e afro-americanos contabilizam pouco mais de 40 milhões em um total de 308 milhões de americanos contabilizados em uma única raça, o que corresponde a 13% do total. Fonte: Site do United States Census Bureau [https://factfinder.census.gov/faces/tableservices/jsf/pages/productview.xhtml?src=CF], acesso em 11 out. 2018.

¹⁸ Alguns crioulistas, como Parkvall (2012) postulam que o gullah teria se formado em ilhas do Caribe inglês, sendo depois transplantado para os EUA. Mesmo que essa hipótese seja aceita, não invalida o fato de que tal "protocrioulo" encontrou condições favoráveis para se desenvolver e se perpetuar nos EUA.

pouco mais de uma década). A rapidez com que a população negra suplantou a população branca, constituindo rapidamente dois terços do total, também deve ser bastante destacada como um fator que possibilitou a P/C.

Considerações Finais

Embora as sociedades de plantação formadas, entre os séculos XVI e XVII, no Caribe e no Nordeste do Brasil tenham sido muito semelhantes, elas foram suficientemente diferentes para que a P/C, que foi geral no Caribe, não tenha acontecido no Brasil. A análise comparativa das condições socioeconômicas que possibilitaram a emergência dos crioulos atlânticos no Caribe revelou que, para que a criouliização ocorra, é preciso que haja um elevado grau de segregação/isolamento do grupo dominado, o que produz uma ruptura na transmissão da língua do grupo dominante para esse grupo, o que aconteceu no Caribe, mas não no Brasil.

No Brasil, os condicionamentos socioeconômicos não produziram um grau de segregação/isolamento dos escravos africanos e seus descendentes suficiente para promover a ruptura na transmissão linguística que ocorre na P/C. Entre esses condicionamentos, destacam-se: uma implantação mais lenta e descontínua da sociedade de plantação; a maior proporção dos falantes da língua dominante no total da população; a grande presença de pequenos proprietários que possuíam poucos escravos; o elevado grau de mestiçagem; uma cultura que possibilitava uma maior assimilação dos africanos e principalmente dos seus descendentes; e, por fim, o advento do ciclo da mineração no século XVIII, bem como a própria concorrência das plantações do Caribe, que provocaram uma crise do sistema de produção do açúcar no Brasil.

Todos esses fatores fizeram com que os africanos e, sobretudo, os seus descendentes adquirissem uma variedade linguística mais próxima da do grupo dominante. O que ocorre nesse caso é a formação de uma variedade da língua dominante, o português popular do Brasil (PPB) que, embora apresente reflexos de mudanças induzidas pelo contato entre línguas, não chega a ser uma variedade linguística qualitativamente diferenciada, ou seja, uma língua crioula. Para dar conta dessa distinção, Lucchesi e Baxter

desenvolveram o conceito de *transmissão linguística irregular* (TLI), sendo a criouliização um caso de TLI radical e profunda, enquanto o PPB seria o resultado de um processo de TLI mais leve (LUCCHESI, 2008; 2012; 2015, p. 95-112; LUCCHESI; BAXTER, 2009). Embora sejam em essência o resultado de um mesmo fator – a descontinuidade na transmissão da língua do grupo dominante para o grupo dominando –, a grande diferença na intensidade do processo tem como resultado uma diferença de qualidade no seu produto, de acordo com o princípio dialético da transformação da quantidade em qualidade. Uma TLI mais leve gera apenas uma variedade da língua dominante, enquanto uma TLI radical gera uma nova língua, qualitativamente distinta da LL.¹⁹

Tal diferença se comprova no parâmetro da inteligibilidade. O PPB é inteligível para falantes do português, mesmo do português europeu, enquanto os crioulos portugueses (mesmo o cabo-verdiano, considerado um crioulo “leve”) não o são para os falantes nativos do português, sua LL. Essa ininteligibilidade é fruto de profundas e radicais mudanças estruturais que ocorrem na P/C, mas não acontecem em casos de TLI mais leve. No nível fônico, as palavras da LL sofrem alterações tão radicais em sua forma fonética no processo de P/C que, na imensa maioria dos casos, se tornam irreconhecíveis para os falantes da LL, o que não aconteceu no caso do PPB, em que a forma das palavras, não obstante algumas importantes mudanças fonéticas sofridas, ainda é reconhecida pelos falantes do português brasileiro culto ou do português europeu, na maioria dos casos.

No nível gramatical, também há um claro divisor de águas entre o PPB e as línguas crioulas, mesmo as de base lexical portuguesa. As mudanças provocadas pelo contato no PPB atingiram basicamente os mecanismos gramaticais de valor semântico mais abstrato, ou sem qualquer valor informacional. E, mesmo nesses casos, diferentemente do que costuma acontecer na P/C, esses mecanismos não foram totalmente eliminados, observando-se apenas uma ampla variação no seu uso, como, por exemplo: (i) na concordância nominal e verbal (e.g. *meus filho trabalha muito* por *meus filhos trabalham muito*); (ii) na flexão de caso dos pronomes pessoais (e.g. *ele viu nós na feira* por *ele nos viu na feira*); (iii) na realização do pronome reflexivo (e.g. *ela machucou no trabalho* por *ela se*

¹⁹ Essa visão, que relaciona a formação histórica do PPB à P/C, guardando as devidas proporções em cada caso, foi muito importante para superar a visão tradicional defendida principalmente por Naro e Scherre (2007), segundo a qual as características do PPB eram fruto da deriva interna da língua.

machucou no trabalho); (iv) no emprego de formas do indicativo com valor de subjuntivo (e.g. *se o pai estava lá, não deixava ela fazer isso por se o pai estivesse lá, não deixaria ela fazer isso*).

Além de não eliminar totalmente esses mecanismos gramaticais, o PPB não exhibe processos originais e independentes de reestruturação gramatical que caracterizam as línguas crioulas, tais como: (i) a realização obrigatória do pronome sujeito, mesmo quando a língua lexificadora é uma língua de sujeito nulo (o PPB mantém, em grande medida, a propriedade do sujeito nulo do português); (ii) a formação de um sistema de partículas pré-verbais para a marcação das categorias verbais de tempo, modo e aspecto, por meio da gramaticalização de advérbios, verbos auxiliares etc. (o PPB conserva, em grande medida, a flexão verbal do português); (iii) a eliminação da flexão nominal de número e a criação de um pluralizador nominal, com base no pronome de 3ª pessoa do plural, como ocorre no crioulo português de São Tomé, em que a expressão *inem mina* (lit. 'eles criança') significa 'as crianças' (apesar do amplo quadro de variação no emprego da regra de concordância nominal de número, o PPB conserva o morfema de número *-s* do português: *a coisa : as coisas*); (iv) a eliminação da flexão nominal de gênero e a indicação do gênero dos seres animados por composição lexical, com construções do tipo um *filho fêmea bonito*, como acontece nos crioulos portugueses da costa ocidental da África (o PPB conserva o morfema de gênero do português *-a* e a variação na concordância nominal de gênero é rara: *filha bonita*); (v) a perda da preposição *a/para*, com a relação de dativo indicada pela serialização verbal, como em construções do tipo *comprar chapéu dar mim* que significam 'comprar chapéu para mim', que ocorrem nos crioulos portugueses do Golfo da Guiné (não há verbos seriais no PPB); e (vi) a gramaticalização do nome para *corpo* ou *cabeça* como pronome reflexivo (embora seu emprego seja variável, o PPB conserva o pronome reflexivo do português).

Essas mudanças tão radicais só foram possíveis por conta da pidginização, que acontece quando o elevado grau de isolamento e segregação reduz drasticamente o acesso dos falantes do grupo dominado aos modelos da língua do grupo dominante, induzindo-os a reestruturar fonológica e gramaticalmente, de forma original e independente, o reduzido vocabulário que adquiriram da língua dominante,

criando uma nova língua. As línguas crioulas são, assim, uma expressiva evidência do fantástico poder adaptativo e criativo da faculdade da linguagem humana, embora o preconceito e a arrogância tenham visto essas línguas como uma prova da inferioridade mental dos povos que as falavam, por sua incapacidade de falar “corretamente” a língua europeia, considerada mais elevada e perfeita. Como sempre obtuso, o preconceito não conseguia reconhecer o que pode ser visto como mais um milagre da criação humana. E, para finalizar ainda com a metáfora cristã, as condições criadas pelos homens não permitiram que esse milagre da criação acontecesse no Brasil, como aconteceu no Caribe.

REFERÊNCIAS

ANSALDO, U.; MATTHEWS, S. (eds.). *Deconstructing Creole*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

ARENDS, J. The socio-historical background of creoles. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (eds.). *Pidgins and Creoles: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 15-24.

ARENDS, J. A Demographic Perspective on Creole Formation. In: KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. (eds.). *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008. p. 309-331.

BAKER, P. Investigating the origin and diffusion of shared features among the Atlantic English Creoles. In: PHILIP, B.; BRUYN, A. (eds.). *St-Kitts and the Atlantic Creoles*. London: University of Westminster Press, 1999. p. 315-64.

BAKER, P. Theories of creolization and the degree and nature of restructuring. In: NEUMANN-HOLZSCHUH, I.; SCHNEIDER, E. W. (eds.). *Degrees of Restructuring in Creole Languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. p. 41-63.

BAKKER, P.; DAVAL-MARKUSSEN, A.; PARKVALL, M.; PLAG, I. Creoles are typologically distinct from non-creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, n. 26, v. 1, p. 5-42, 2011.

BAKKER, P.; SMITH, N.; VEENSTRA, T. Saramaccan. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (eds.). *Pidgins and Creoles: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 165-78.

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Un paso más hacia la definición del pasado crioulo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: ZIMMERMANN, K. (org.). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert: 1999. p. 119-141.

BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.

BURNARD, T.; GARRIGUS, J. *The Plantation Machine: Atlantic Capitalism in French Saint-Domingue and British Jamaica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

CARDOSO, C. F. S. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, M. Y. (org.), *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 95-110.

CASTRO, Y. P. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In: MELLO, L. A. (org.), *Sociedade, Cultura & Língua*. João Pessoa: Shorin, 1999.

CASTRO, Y. P. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro preto no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

CHAUDENSON, R. *La créolisation: théorie, applications, implications*. Paris: L'Harmattan, 2003.

DEGRAFF, M. Against Creole Exceptionalism. *Language*, n. 79, v. 2, p. 391- 410, 2003.

FERLINI, V. L. *Pobres do Açúcar: Estruturas Produtivas e Relações de Poder no Nordeste Colonial*. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 21-34.

FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, C. et al. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 1984. p.21-32.

FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. São Paulo: Editora Nacional, 1936.

GUY, G. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History*, University of Pennsylvania, PhD Dissertation, Ann Arbor, University Microfilms International, 1981.

HANCOCK, I. F. The domestic hypothesis, diffusion and componentiality: an account of Atlantic Anglo-phone creole origins. In: Muysken, P.; Smith, N. (eds). *Substrata versus Universals in Creole Genesis*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1986. p. 71-102.

HIGMAN, B. W. The Sugar Revolution. *Economic History Review*, n. 53, p. 213-236, 2000.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (coord.), *Intérpretes do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002[1936]. p. 899-1102.

HUBER, M. Atlantic creoles and the Lower Guinea Coast: A case against afrogenesis. In: HUBER, M; PARKVALL, M. (eds.). *Spreading the Word: The Issue of Diffusion among the Atlantic Creoles*. London: University of Westminster Press, 1999. p. 81-110.

IBGE. Estatísticas de 500 anos de povoamento do Brasil. In IBGE, *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LUCCHESI, D. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, 2008. p.366-390.

LUCCHESI, D. História do Contato entre Línguas no Brasil. In: Lucchesi, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 4-73.

LUCCHESI, D. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Lingüística Galega*, n. 4, p. 45-65, 2012.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *D.E.L.T.A.*, n. 33, v. 2, p. 347-382, 2017.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão Linguística Irregular. In: Lucchesi, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 101-24.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MCWHORTER, J. Identifying the creole prototype. Vindicating a typological class. *Language*, n. 74, v4, p. 788-818, 1998.

MCWHORTER, J. The Afrogenesis Hypothesis of Plantation Creole Origin. In: HUBER, M; PARKVALL, M. (eds.). *Spreading the Word: The Issue of Diffusion among the Atlantic Creoles*. London: University of Westminster Press, 1999. p. 111-52.

MCWHORTER, J. The world's simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology*, n. 5, v. 2/3, p. 125-166, 2001.

MENARD, R.; SCHWARTZ, S. Por que a escravidão africana? A transição da força de trabalho no Brasil, no México e na Carolina do Sul. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 3-20.

MUFWENE, S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, 1991.

NARO, A; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

PARKVALL, M. Feature selection and genetic relationships among Atlantic Creoles. In: HUBER, M; PARKVALL, M. (eds.). *Spreading the Word: The Issue of Diffusion among the Atlantic Creoles*. London: University of Westminster Press, 1999. p. 29-66.

PARKVALL, M. *Da África para o Atlântico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

PARKVALL, M.; LÓPEZ, L. Á. Português vernáculo brasileiro e a hipótese da semi-criouliização. *Revista da ABRALIN*, n. 2, v. 1, p. 111-152, 2003.

PETTER, M. *As línguas africanas no Brasil*. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (eds.). *Quinhentos anos de*

história linguística do Brasil. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-141.

QUEIROZ, S. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

RODRIGUES, A. D. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (eds.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 143-161.

ROSA, M. C. *Uma língua africana no Brasil Colônia de seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S.J.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. 1990. O Brasil Colônia. In: LINHARES, M. Y. (org.), *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 33-94.

RISÉRIO, A. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SIEGEL, J. *The Emergence of Pidgin and Creole Languages*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1963[1951].

SINGLER, J. V. The Sociohistorical Context of Creole Genesis. In: KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. (eds.). *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008. p. 332-358.

VENÂNCIO, R. P. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 61-78.

ZIMMERMAN, Klaus. O português não-padrão falado no Brasil: a tese da variedade pós-crioula. In: ZIMMERMANN, K. (org.). *Lenguas criollas de base lexical espanhola y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert: 1999. p. 441-476.

Abstract

Why did creolization happen in the Caribbean and not in Brazil? Social conditionings

Based on socioeconomic data, this paper seeks to explain why creolization occurred broadly in the Caribbean and did not occur in a representative and lasting way in Brazil. From this perspective, the paper seeks to make some generalizations about the historical formation of the so-called Creoles of the Atlantic and about the very conception of the creole languages. The position that guides this analysis is that, in order for creolization to occur, there must be a rupture in linguistic transmission, which allows a strong reduction and deep restructuring of a second language variety, a pidgin. This pidgin becomes a native language and then gives origin to the Creole language. In order for pidginization to take place, it is necessary that the community of speakers that will develop the pidgin be subjected to a violent process of segregation and isolation, as it happened in the Caribbean, and, apparently, did not happen in Brazil, due to the greater complexity and social arrangements observed in the structure of Brazil when the country was a Portuguese colony. At the end, the paper makes a brief description of linguistic features which distinguish creolization from more slight processes of irregular linguistic transmission, as it happened in Brazil.

Keywords: socioeconomic history of Brazil; pidgins and creole languages; pidginization; creolization; Creole genesis.